

Estado tem 60 dias para detalhar fila da saúde em Hortolândia à Justiça

Decisão do TJSP exige diagnóstico completo sobre consultas, exames e cirurgias

Da Redação

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que o Governo do Estado apresente, no prazo de 60 dias, um relatório detalhado sobre a situação do atendimento a pacientes de Hortolândia. A decisão atende a agravo de instrumento apresentado pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) em ação civil pública estruturada que apura a oferta de serviços de média e alta complexidade no município.

O recurso foi analisado em segunda instância e resultou na fixação de prazo para que o Estado apresente um diagnóstico atualizado da chamada “fila da saúde”, considerada um dos principais gargalos do sistema público. O objetivo é reunir dados que permitam dimensionar a demanda reprimida e orientar medidas para reduzir o tempo de espera por atendimentos especializados.

De acordo com o acórdão, o relatório deverá informar o número atual de pacientes aguardando consultas, exames e cirurgias, com detalhamento por especialidade e tipo de procedimento. Também será necessário apresentar o tempo médio e máximo de espera em cada fila, além de indicar as medidas administrativas já adotadas para enfrentamento do problema e os resultados



DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE HORTOLÂNDIA

Relatório deverá detalhar filas por especialidade e indicar medidas para reduzir a demanda por atendimento

obtidos até o momento.

Outro ponto exigido pela decisão é a apresentação de uma estimativa de prazo para a regularização total da demanda. O Estado também deverá detalhar os recursos assistenciais disponíveis, incluindo a rede de atendimento já existente e eventuais contratações previstas para ampliar a capacidade de oferta de serviços.

A decisão judicial ocorre no contexto de uma ação civil pública estruturada, instrumento utilizado para tratar problemas complexos e de caráter contínuo, como é o caso do acesso a serviços de saúde.

Nesse tipo de processo, o Judiciário acompanha a implementação de medidas ao longo do tempo, com o objetivo de garantir a efetividade das políticas públicas.

Na ação, a promotora de Justiça Letícia Lourenço Costa argumenta que o município de Hortolândia atua como solicitante no sistema estadual de regulação, responsável por organizar o acesso a consultas, exames e cirurgias. Segundo o MP, a administração municipal não detém controle sobre a fila nem sobre a abertura de vagas ou a contratação de prestadores especializados, o que limita

sua capacidade de resposta diante da demanda.

Esse modelo de regulação centralizada, segundo a Promotoria, contribui para a demora no atendimento, especialmente em casos que dependem de serviços de maior complexidade. A ausência de transparência sobre os dados e prazos também dificulta o acompanhamento da situação por parte dos pacientes e do próprio poder público local.

Com a decisão, o Judiciário busca estabelecer maior clareza sobre o cenário atual e criar condições para o planejamento de ações mais efetivas.

Defensoria inaugura sede em Sumaré e soma 3,7 mil atendimentos

Da Redação

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo inaugurou oficialmente, nesta semana, sua unidade em Sumaré, ampliando o acesso à justiça na Região Metropolitana de Campinas. A sede já está em funcionamento desde 5 de maio e, em cerca de três meses, registrou 3,7 mil atendimentos, sendo 2,9 mil presenciais e 764 virtuais.

A nova estrutura conta com 21 guichês de atendimento, sala privativa, espaço para o Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM), além de ambiente acessível, climatizado e com ponto de apoio à amamentação.

Durante a cerimônia, a defensora pública-geral, Luciana Jordão, destacou que a unidade representa a concretização do papel institucional de garantir acesso à justiça à população mais vulnerável. Já a coordenadora local, Mariana Borgheresi Duarte Peressinoto, ressaltou a importância da proximidade da Defensoria com os cidadãos.

Autoridades do Judiciário e do Executivo municipal também participaram da inauguração e destacaram os impactos positivos da unidade para a população. Segundo o coordenador regional, Leandro de Marzo Barreto, a instalação em Sumaré amplia a presença da Defensoria na região, que já conta com unidades em cidades como Piracicaba e Limeira. A unidade também orienta sobre direitos e encaminha demandas a outros órgãos quando necessário, ampliando o suporte.

Valinhos institui o ‘Gabinete nos Bairros’ dentro do Programa ‘Prefeitura nos bairros’

Da Redação

O Programa Prefeitura nos Bairros, estreou no sábado (15/8) uma novidade. A edição realizada na Praça Zumbi dos Palmares, no Jardim Bom Retiro, contou pela primeira vez com o Gabinete nos Bairros, um espaço destinado ao atendimento direto à população pelo prefeito Franklin Duarte de Lima.

A nova estrutura permite que moradores apresentem demandas, façam sugestões e conversem diretamente com o prefeito a respeito de suas necessidades e expectativa durante as edições do programa.

A nova ação amplia uma



PREFEITURA DE VALINHOS

Prefeito de Valinhos, Franklin Duarte de Lima, atendendo a morador

prática já adotada pelo prefeito, que participava das edições do Programa nos Bairros, acompanhando os serviços, conversando com os moradores e ouvindo

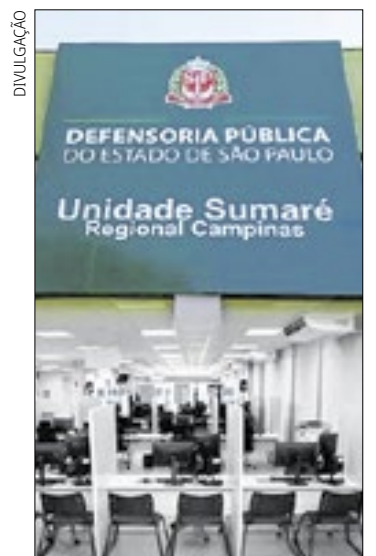
do as demandas de cada região.

Segundo ele, a prática é regular em seu gabinete no Paço Municipal, mantendo contato direto com a população

durante agendas, visitas e eventos. A partir de agora, esse atendimento também contará com um espaço próprio dentro do programa.

“Para mim, lugar de prefeito é perto do povo. Agora, o gabinete também irá até onde as pessoas estão, com um espaço próprio para conversar, acolher as demandas e garantir que cada morador seja atendido com proximidade”, justifica Franklin.

Na estreia, a população contou com serviços públicos, atendimentos de saúde e sociais, atividades para as famílias, além da maior força-tarefa de zeladoria da história de Valinhos.



DIVULGAÇÃO

Nova sede reforça atendimento à população vulnerável